

INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE
SOCIAL

ANO DE
2022

DENOMINAÇÃO: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTÍSSIMO SACRAMENTO

MORADA: Rua Monsenhor Fonseca Soares, 127 / 137

LOCALIDADE: Porto

FREGUESIA : Massarelos

CONCELHO: Porto

CODIGO POSTAL: 4150-335

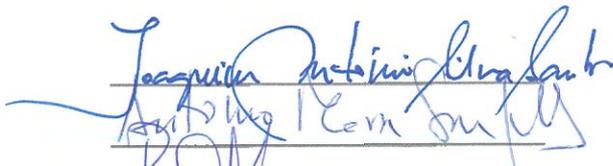


(O Contabilista Certificado)

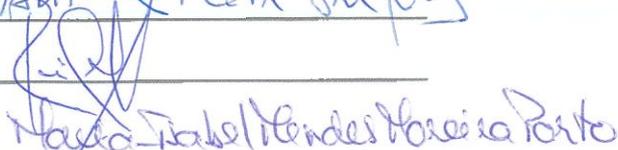
A DIREÇÃO:

DATA: Porto, _____ de 2023

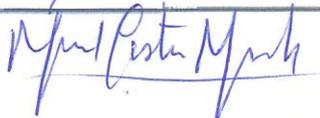
ASSINATURAS:



Joaquim António da Silva



Nelya Isabel Mendes Pereira



Nelya Isabel Mendes Pereira

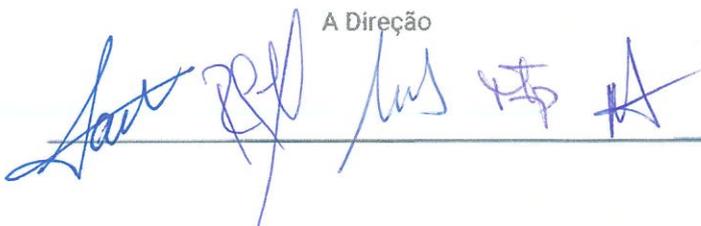
CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501700951

Moeda: euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-22	31-dez-21
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 095 573,01	1 121 206,21
Ativos intangíveis	5	592,87	866,51
Investimentos financeiros	12.4	3 750,47	2 643,86
		1 099 916,35	1 124 716,58
Ativo corrente			
Inventários	7	1 188,83	892,56
Créditos a receber	12.1	12 979,09	3 850,86
Estado e outros entes públicos	12.8	3 239,07	706,95
Diferimentos	12.3	3 275,30	3 768,05
Outros ativos correntes	12.2	39 499,42	42 637,86
Caixa e depósitos bancários	12.5	49 631,40	21 092,18
		109 813,11	72 948,46
Total do ativo		1 209 729,46	1 197 665,04
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Reservas	12.6	70 000,00	70 000,00
Resultados transitados	12.6	-54 538,50	21 976,03
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	944 177,44	940 201,39
		959 638,94	1 032 177,42
Resultado líquido do período		-20 403,40	-68 859,26
Total dos fundos patrimoniais		939 235,54	963 318,16
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	117 357,84	69 402,71
		117 357,84	69 402,71
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	25 839,84	10 628,47
Estado e outros entes públicos	12.8	21 215,99	21 617,10
Financiamentos obtidos	6	1 892,30	31 625,83
Diferimentos	12.3	10 523,49	3 076,70
Outros passivos correntes	12.9	93 664,46	97 996,07
		153 136,08	164 944,17
Total do passivo		270 493,92	234 346,88
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 209 729,46	1 197 665,04

A Direção



O Contabilista Certificado



CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

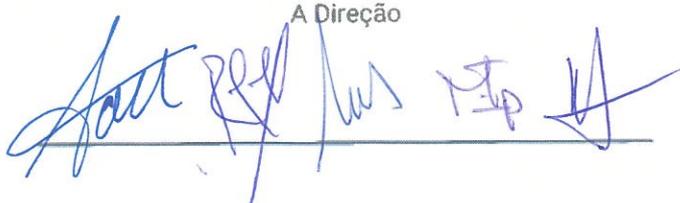
Contribuinte 501700951

Moeda: (valores em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 022	2 021
Vendas e serviços prestados	8	185 971,08	180 639,73
Subsídios, doações e legados à exploração	12.10	349 389,35	385 364,72
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-43 682,89	-50 662,03
Fornecimentos e serviços externos	12.11	-125 505,99	-89 535,74
Gastos com o pessoal	10	-424 426,08	-489 680,82
Aumentos/reduções de justo valor	12.12	38,06	79,77
Outros rendimentos	12.13	79 070,01	38 479,06
Outros gastos	12.14	-1 213,75	-3 223,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		19 639,79	-28 538,94
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 / 5	-34 113,24	-35 995,42
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-14 473,45	-64 534,36
Juros e gastos similares suportados	12.15	-5 929,95	-4 324,90
Resultados antes de impostos		-20 403,40	-68 859,26
Resultado líquido do período		-20 403,40	-68 859,26

A Direção

O Contabilista Certificado




CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2022	2021
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		226 986,41	180 756,05
Pagamentos a fornecedores		-151 431,27	-132 303,26
Pagamentos ao pessoal		-282 096,77	-318 343,20
Caixa gerada pelas operações		-206 541,63	-269 890,41
Outros recebimentos/pagamentos		174 601,99	233 592,58
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-31 939,64	-36 297,83
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-9 052,80	-16 157,84
Investimentos financeiros		-1 192,14	-925,83
Recebimentos provenientes a:			
Ativos fixos tangíveis		1 817,50	0,00
Investimentos Financeiros		38,06	808,65
Subsidios ao investimento		30 000,00	7 143,30
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		21 610,62	-9 131,72
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		20 000,00	27 076,93
Doações		24 492,61	28 891,13
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	-1 403,69
Juros e gastos similares		-5 624,37	-4 324,57
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		38 868,24	50 239,80
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		28 539,22	4 810,25
Caixa e seus equivalentes no início do período		21 092,18	16 281,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	12.5	49 631,40	21 092,18

A Direcção

O Contabilista Certificado

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTÍSSIMO SACRAMENTO

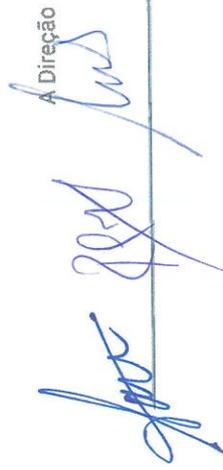
Anexo às Demonstrações Financeiras de 2022

Entidade: CENTRO SOCIAL PAROQUIAL SANTISSIMO SACRAMENTO
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Contribuinte: 501700951

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Pré-Escolar	CATL	Serviço de Apoio Domiciliário	PERÍODOS	
					2022	2021
Vendas e serviços prestados	8	103 271,22	27 846,46	54 853,40	185 971,08	180 639,76
Custo das vendas e dos serviços prestados		-293 599,84	-88 149,85	-110 906,72	-492 656,41	-540 342,85
Resultado Bruto		-190 328,62	-60 303,39	-56 053,32	-306 685,33	-359 703,09
ISS, IP - Centro Distrital		201 146,23	19 042,41	83 279,86	303 468,50	337 486,48
Outros Rendimentos		74 866,89	22 707,94	27 454,09	125 028,92	86 437,07
Gastos administrativos	12.14	-84 921,78	-25 123,69	-25 026,32	-135 071,79	-125 834,19
Outros Gastos		-786,18	-146,17	-281,40	-1 213,75	-2 920,63
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)		-23,46	-43 822,90	29 372,91	-14 473,45	-64 534,36
Gastos de financiamento (líquidos)	12.15	-3 441,53	-1 032,88	-1 455,54	-5 929,95	-4 324,90
Resultado antes de impostos		-3 464,99	-44 855,78	27 917,37	-20 403,40	-68 859,26
Imposto sobre o rendimento do período					0,00	0,00
Resultado líquido do período		-3 464,99	-44 855,78	27 917,37	-20 403,40	-68 859,26


 A Direção

O Contabilista Certificado


Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	3
3	Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros...	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	6
4	Ativos Fixos Tangíveis	10
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	11
7	Inventários	11
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
10	Benefícios dos empregados.....	13
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	13
12	Outras Informações	13
12.1	Créditos a receber	13
12.2	Outros ativos correntes	13
12.3	Diferimentos	14
12.4	Investimentos Financeiros	14
12.5	Caixa e Depósitos Bancários.....	14
12.7	Fornecedores.....	15
12.8	Estado e Outros Entes Públicos	15
12.9	Outros Passivos correntes	15
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	16
12.11	Fornecimentos e serviços externos.....	16
12.12	Aumentos/redução de justo valor.....	16
12.13	Outros rendimentos	16
12.14	Outros gastos	17
12.15	Resultados Financeiros.....	17
12.16	Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados	17
12.17	Acontecimentos após data de Balanço.....	17

1 Identificação da Entidade

O Centro Social Paroquial Santíssimo Sacramento é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de "IPSS" e encontra-se registada no livro 2 das Fundações de Solidariedade Social sob o número 16/84, a fls. 44 e verso, em 8 de Março de 1984.

Tem sede na rua Monsenhor Fonseca Soares, 127, freguesia de Massarelos no concelho do Porto.

Dentro dos fins canónicos de piedade, apostolado e caridade, o Centro tem por finalidade principal prosseguir o objetivo de contribuir para a promoção integral de todos os paroquianos num espírito de solidariedade humana, social e cristã.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011 de 9 de Março alterado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de Junho. No Anexo I do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria nº 218/2015 de 23 de Julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

3 Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento

3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer

custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	5 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento Informático	5 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	6 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 anos

3.2.4 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as participações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às participações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.5 Inventários

Os "Inventários" estão registrados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Créditos a receber e ativos correntes

Os "Créditos a receber" e os "Outros ativos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Outros ativos e passivos

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros passivos correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Os "Financiamentos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

3.2.9 Impostos Sobre o Rendimento

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Edifícios e Outras Construções	1 463 850,16	8 206,40			1 472 056,56
Equipamento Básico	158 842,95		3 612,00		155 230,95
Equipamento de Transporte	60 192,42				60 192,42
Equipamento Administrativo	65 826,76				65 826,76
Outros Ativos Fixos Tangíveis	23 151,79				23 151,79
Ativo Tangível Bruto	1 771 864,08	8 206,40	3 612,00	0,00	1 776 458,48
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e Outras Construções	360 406,67	29 721,79			390 128,46
Equipamento Básico	153 739,11	1 029,15	3 612,00		151 156,26
Equipamento de Transporte	49 400,81	2 590,00			51 990,81
Equipamento Administrativo	63 959,49	498,66			64 458,15
Outros Ativos Fixos Tangíveis	23 151,79				23 151,79
Depreciações Acumuladas	650 657,87	33 839,60	3 612,00	0,00	680 885,47
Ativo Tangível Líquido	1 121 206,21	-25 633,20	0,00	0,00	1 095 573,01

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2021	Adições	Abate	Transferência	31-12-2022
Programas de Computador	5 296,11				5 296,11
Ativo Intangível Bruto	5 296,11	0,00	0,00	0,00	5 296,11
Depreciações Acumuladas					
Programas de Computador	4 429,60	273,64			4 703,24
Depreciações Acumuladas	4 429,60	273,64	0,00	0,00	4 703,24
Ativo Intangível Líquido	866,51	-273,64	0,00	0,00	592,87

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2022			2021		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	115.000,00	115.000,00	29.997,54	65.000,00	94.997,54
Locação Financeira	1.892,30	2.357,84	4.250,14	1.628,29	4.402,71	6.031,00
Total	1.892,30	117.357,84	119.250,14	31.625,83	69.402,71	101.028,54

7 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Rubricas	2022	2021
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.188,83	892,56
Total	1.188,83	892,56

No que concerne à quantia de "Inventários" de géneros alimentares reconhecida como gasto durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, detalham-se conforme segue:

Movimentos	2022	2021
	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Saldo Inicial	892,56	892,56
Compras	29.981,82	32.674,92
Doações	13.997,34	17.987,11
Saldo Final	1.188,83	892,56
Gastos do Período	43.685,89	50.662,03

8 Rédito

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rubricas	2022	2021
Prestação de Serviços	185.971,08	180.639,73
Quotas do Utilizadores	185.971,08	180.639,73
Outros Rendimentos e Ganhos	79.070,01	36.385,86
Outros	79.070,01	36.385,86
Total	265.041,09	217.025,59

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2022				2021		
	Natureza	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração de Resultados
ISS, IP (dotação)	Não Reembolsável			303.468,50			338.486,48
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos	Não Reembolsável			5.992,91			
IAPMEI	Não Reembolsável			1.344,00			
CM do Porto	Não Reembolsável						1.000,00
CM do Porto (Viatura)	Não Reembolsável	3.621,44		1.428,66	5.050,10		2.093,20
União de Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos – Orçamento Colaborativo (Obras)	Não Reembolsável	30.000,00					
Total		33.621,44		312.234,07	5.050,10	0,00	341.579,68

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais é 8 elementos, sendo a Direção constituída por 5 e o Conselho Fiscal por 3 elementos. Este número manteve-se inalterado durante os anos de 2022 e 2021.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade durante os exercícios de 2022 foi de 25 e de 2021 foi de 28.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	339.058,28	380.751,70
Indemnizações	2.805,41	13.666,06
Encargos sobre as Remunerações	74.161,30	84.366,28
Seguros de Acidentes no Trabalho	6.732,99	9.071,35
Outros Gastos com o Pessoal	1.668,10	1.825,43
Total	424.426,08	489.680,82

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

12.1 Créditos a receber

Para os períodos de 2022 e 2021 a rubrica "Crédito de clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Cientes e Utentes		
Utentes c/c	6.979,09	3.850,86
Cientes Gerais	6.000,00	0,00
Total	12.979,09	3.850,86

12.2 Outros ativos correntes

A rubrica "Outros ativos correntes" tinha, em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a seguinte decomposição:

Descrição	2022	2021
Fornecedores	78,10	0,00
Adiantamento fornecedores	78,10	0,00
Outra Contas a Receber	39.421,32	42.637,86
Entidades do sector público administrativo	39.320,20	42.631,68
IGEFE	39.320,20	42.631,68
Outros	101,12	6,18
Total	39.499,42	42.637,86

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2022 e 2021, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3.241,05	3.768,05
Outros	34,25	0,00
Total	3.275,30	3.768,05
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades	2.224,36	3.076,70
ISS – Adiantamento atualização 2023	3.532,77	0,00
ISS – Apoio extraordinário 2023	1.766,36	0,00
Rendas Recebidas	3.000,00	0,00
Total	10.523,49	3.076,70

12.4 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2021
Outros investimentos Financeiros		
FCT	3.500,47	2.643,86
Centuris – Central Hoteleira de Compras CRL	250,00	0,00
Total	3.750,47	2.643,86

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2022 e 2021, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2022	2021
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	1.110,53	603,63
Depósitos à Ordem	48.520,87	20.488,55
Total	49.631,40	21.092,18

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Reservas - Fundo de Reserva	70.000,00			70.000,00
Resultados Transitados	21.976,03		76.514,53	-54.538,50
Outras Variações Fundos Patrimoniais	940.201,39	30.000,00	26.023,95	944.177,44
Total	1.032.177,42	30.000,00	102.538,48	959.638,94

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Fornecedores c/c		
Fornecedores	25.839,84	10.628,47
Total	25.839,84	10.628,47

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Ativo		
IVA - A recuperar	3.239,07	706,95
Total	3.239,07	706,95
Passivo		
Retenções na Fonte - IRS	4.784,25	5.139,00
Segurança Social	16.364,70	16.395,17
Outras - Fundos	67,04	82,93
Total	21.215,99	21.617,10

12.9 Outros Passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Credores por Acréscimo de Gastos	68.746,92	83.066,42
Remunerações a Liquidar	67.493,95	81.407,26
Outras despesas diferidas	1.252,97	1.659,16
Outros Credores	0,00	94,00
Outros Credores	0,00	94,00
Entidades do sector público administrativo	24.310,41	14.835,65
IGFSS	17.930,98	14.835,65
ISS - Acordo Prestacional	6.379,43	0,00
Remunerações a pagar	607,13	0,00
Outros Credores	607,13	0,00
Total	93.664,46	97.996,07

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2022 e 2021, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2022	2021
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	310.805,41	338.486,48
Doações e heranças - Donativos	38.583,94	46.878,24
Total	349.389,35	385.364,72

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e Serviços Externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e de 2021, foi a seguinte:

Descrição	2022	2021
Subcontratos	24.547,44	0,00
Serviços especializados	33.293,85	32.588,51
Materiais	5.783,38	10.094,23
Energia e fluídos	27.751,93	26.323,01
Deslocações, estadas e transportes	210,59	50,00
Serviços diversos	32.557,28	19.005,85
Encargos com Utentes	1.361,52	1.474,14
Total	125.505,99	89.535,74

12.12 Aumentos/redução de justo valor

A rubrica de "Aumentos/redução de justo valor" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
FCT – Fundos Compensação Trabalho	38,06	79,77
Total	38,06	79,77

12.13 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
Subsídios para investimentos	26.023,95	29.584,86
Alienações	1.817,50	1.000,00
Rendas recebidas	48.000,00	6.000,00
Outros	2.012,70	1.894,20
Indemnizações Seguros	1.215,86	0,00
Total	79.070,01	38.479,06

12.14 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2022	2021
Impostos	135,98	14,77
Dívidas incobráveis	0,00	303,00
Outros	1.077,77	2.905,86
Total	1.213,75	3.223,63

12.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2022	2021
Juros e gastos similares suportados		
Juros Suportados	5.929,95	4.324,90
Total	5.928,95	4.324,90
Resultados Financeiros	-5.928,95	-4.324,90

12.16 Informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados

O número médio de utentes por resposta social, durante o ano de 2022, foi o seguinte:

- Pré - Escolar: 75
- Centro de atividades de tempos livres: 27
- Serviço de apoio domiciliário: 25

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2022.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2022

O Contabilista Certificado



A Direção

